



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

Órgão Gerenciador	Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305
Processo licitatório nº	059/2024
Pregão Eletrônico nº	035/2024 - Compras Governamentais 90035
Critério de julgamento	Menor preço por item
Data e horário de abertura para lances:	01/07/2024. Início: 09h (nove horas) Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
Local:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Objeto do certame	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cataguases-MG.
Valor global estimado	R\$ 4.700.780,60
Informações gerais	Na internet, no site www.cataguases.mg.gov.br e e-mail: pregaocataguases@gmail.com , telefones (32) 3429 2500 Ramal 149 e 150
Referência de tempo	Horário de Brasília
Fundamentação Legal	14.133 de 01 de abril de 2021

- **A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR EM SUA PROPOSTA, OBRIGATORIAMENTE, ENDEREÇO DE E-MAIL VÁLIDO.**
- Alguns itens podem apresentar alguma divergência entre a descrição do sistema Comprasnet e o termo de referência, **sendo a aceita o item ofertado de acordo com o TERMO DE REFERENCIA e a PROPOSTA COMERCIAL – ANEXO II.**



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024 (90035)

Processo nº: 059/2024

Data de Abertura para lances: 01/07/2024

Horário: 09 (nove) horas

Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

O **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES**, com endereço a Praça Santa Rita, 462 – Centro – Cataguases (MG), por intermédio de seu agente de contratação denominado Pregoeiro o Sr. Neimar Garcia de Oliveira, Pregoeira Substituta a Sra. Janete Aparecida Garcia e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº 625/2023, torna público aos interessados a abertura do **Processo Licitatório nº 059/2024**, na modalidade **Pregão na forma ELETRÔNICA nº 035/2024, Tipo Menor Preço, com objeto de contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cataguases-MG**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

1. DO OBJETO DO PREGÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cataguases-MG**, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexos, que fazem parte deste Edital independentemente de transcrição.

1.2. A licitação será por item englobando todos os serviços necessários, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, quando houver mais de um.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A descrição complementar dos itens constantes da Relação de Itens encontra-se no anexo I do Termo de Referência e anexo II modelo de proposta.

1.5. Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Cataguases – UASG 984305



2.2 Os recursos do Órgão Gerenciador para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária a ser definida por cada secretaria responsável:

Secretaria de Serviços Urbanos - Gestão da Limpeza Urbana

3.3.90.39.00.00.00.00.00. 00.01.0500.0000000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 1358

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Cataguases, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão participar desta licitação os seguintes interessados:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



3.8.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15 O objeto social e/ou cnae deve ser compatível com o objeto do certame.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8 e seus subitens.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.



4.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor total do item/item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações, que podem ser similares ou de qualidade superior às especificações/informações do Termo de Referência, **ANEXO I deste edital**.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante, para todos os efeitos legais.



5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no edital.

5.9.1.1 Na licitação por item, o preço da proposta de preços vencedora de cada um dos itens que o compõem não pode ultrapassar o preço de referência unitário, salvo quando, justificadamente, o sobrepreço for irrelevante e o item em seu preço global for vantajoso para a Administração.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.



- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR DO ITEM**.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "**aberto e fechado**".
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

- 6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Caso um fornecedor integre contrato utilizado para a formação do preço estimado ou tenha apresentado orçamento para tanto, a sua contratação somente será permitida se o valor ofertado na consulta eletrônica for igual ou menor aquele que compõe o preço de referência, salvo justificativa constante nos autos.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE-MG;

d) Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais (CAGEF), gerenciado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG; só induzirá ao impedimento de licitar e de contratar com o Município de Cataguases caso a referida penalidade seja a declaração de inidoneidade.



Prefeitura de Cataguases Secretaria de Fazenda

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

f) Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



7.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10 Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



7.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser anexados na plataforma do Compras Governamentais quando for solicitado pelo pregoeiro, e deverão ser apresentados em original quando for solicitado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Nível I – Credenciamento:

8.9.1.1 Inscrição CNPJ

8.9.1.2 CPF do(s) dirigente (es), sócio(s);



8.9.2 Nível II – Habilitação Jurídica:

8.9.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

8.9.3 Nível III - Regularidade Fiscal Federal e trabalhista:

8.9.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-Dívida Ativa) e INSS.

8.9.3.2 Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

8.9.3.3 Prova de Regularidade Trabalhista (CNDT).

8.9.4 Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e Municipal:

8.9.4.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

8.9.4.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal.

8.9.5 Nível V - Da Qualificação Técnica

8.9.5.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante com comprovação de serviços em municípios com no **mínimo 50% da quantidade de habitantes da cidade de Cataguases**. (Quantidade de habitantes censo do IBGE em 2022: 66.261).

8.9.5.2 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sua sede, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFT.

8.9.5.3 Registro de Profissional Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Civil junto ao CREA ou Arquiteto junto ao CAU ou do Técnico Equivalente junto ao CFT. Se a Empresa e o Engenheiro, Arquiteto ou Técnico, indicado for de outra Federação, deverá apresentar o visto do CREA-MG, CAU-MG ou CFT, autorizando a Empresa e Profissional atuarem no Estado de Minas Gerais.

8.9.5.4 Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços objeto desta Licitação.

8.9.5.5 Comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa, o que poderá ser realizado por meio da apresentação de:



- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou Cópia da folha do livro de Registro de Empregados, ou
- b) Cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo em vigor, em caso de sócio ou diretor ou
- c) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços, ou

8.9.5.6 Declaração emitida pelo Prestador de Serviços de que concorda com a indicação e possui disponibilidade para exercer a função de responsável técnico dos serviços, caso a empresa seja vencedora.

8.9.5.7 Prova de que a empresa vencedora possui implantado e em funcionamento o PCMSO – Programa Controle Médico Saúde Ocupacional.

8.9.5.8 Prova de que a empresa vencedora possui PPRA – Programa Prevenção de Riscos Ambientais.

8.9.6 Qualificação Econômico-Financeira:

8.9.6.1 Certidão negativa de pedidos de falência ou recuperação judicial, expedida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação da documentação de habilitação, pelo Cartório do Distribuidor do foro da sede da empresa.

8.9.6.1.1 Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, será permitida a sua participação no certame, desde que apresente junto à sua habilitação, o seu plano de recuperação judicial devidamente homologado e desde que satisfaça as demais exigências de habilitação.

8.9.6.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (Cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com Termo de Abertura e Encerramento, apresentados e devidamente registrados na Junta Comercial competente e, no caso de sociedades anônimas, acompanhados das respectivas publicações), que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta.

8.9.6.2.1 No caso de empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), que poderão apresentar as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, dispensada, neste caso, a apresentação do comprovante de registro, perante a Junta Comercial, dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário.

8.9.6.2.2 No caso de sociedades anônimas, deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis publicadas, na forma da lei.

a) Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado de exercício assim apresentados:

8.9.6.2.3 em caso de sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

✓ publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

8.9.6.2.4 em caso de sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):



✓ por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou

✓ por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

8.9.6.2.5 em caso de sociedade criada no exercício em curso:

✓ fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

8.9.6.2.6 O balanço patrimonial e as demonstrações do Resultado de Exercício deverão ser assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.9.6.2.7 Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, devidamente assinado por Contador com indicação do número de registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo representante legal da empresa.

8.9.6.2.8 A comprovação da boa situação financeira da Proponente será realizada pela apresentação dos seguintes índices Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Liquidez Geral, maior ou igual a 1.0 (um), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (LC), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} > 1,00$$

Obs.: Índice de Liquidez Corrente, indica quantos reais estão disponíveis para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida em Curto Prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizavel a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}} > 1,00$$

8.9.6.2.9 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar que possui capital social mínimo integralizado ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação equivalente a **R\$ 470.078,06 (quatrocentos e setenta mil, setento e oito reais e seis centavos)**.

8.9.6.2.10 Conforme Acórdão 133/2022, Plenário – TCU, Empresas pelo SIMPLES NACIONAL, ME, EPP e MEI, devem apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social (artigo 31, I, da Lei nº 8.666/93), ainda que dispensado da elaboração do referido Balanço pelo Código Civil (artigo 1179, §2, da Lei nº 1.406/2002).

8.9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).



8.9.8 Documentação Complementar:

8.9.8.1 Serão exigidas, ademais, dos licitantes as declarações dos arts 62 e ss da NLLC.

8.9.8.1.1 Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis. **(conforme modelo anexo IV)**

8.9.8.1.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. **(conforme modelo anexo V)**

8.9.8.1.3 Declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(conforme modelo anexo VI)**

8.9.8.1.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário, servidor do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021. **(conforme modelo anexo VII)**

8.9.8.1.5 Declaração que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **(conforme modelo anexo VIII)**

8.9.8.1.6 Declaração que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; **(conforme modelo anexo IX)**

8.9.8.1.7 Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante. **(conforme modelo anexo X)**

8.9.8.1.8 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; **(conforme modelo anexo XI)**

8.10.8.1.9 Declaração de ciência; **(conforme modelo anexo XII)**

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.11 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo determinado.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19 DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O VENCEDOR:

8.19.1 As empresas vencedoras após a solicitação do pregoeiro deverão apresentar no prazo estipulado pelo pregoeiro, os seguintes documentos:

8.19.1.1 A CONTRATADA deverá comprovar que possui em seu nome, veículos aptos e suficientes para prestação dos serviços através da apresentação de toda a documentação, Regularidade do Documento Único



de Transferência (DUT) em nome da empresa vencedora, bem como, comprovantes de regularidade e quitação junto ao(s) Órgãos de Trânsito (IPVA, Seguro Obrigatório, Taxa de Licenciamento).

A CONTRATADA deverá apresentar a CNH dos condutores.

8.19.1.2 Na ocorrência do não cumprimento ao estabelecido no item 6.5, a empresa será desclassificada, procedendo à convocação da licitante classificada com o menor preço imediatamente posterior ao da primeira classificada.

8.19.2 O prazo de 15 dias poderá ser prorrogado por igual período, quando necessário, mediante autorização por parte da contratante.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1 o licitante poderá, ao final da sessão e no prazo de até 15 (quinze) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, os quais serão registrados na ata da sessão pública;

9.3.1.2 o agente de contratação examinará a aceitabilidade do recurso na sessão, podendo:

a) recusá-lo, se:

1. relativo a decisões e atos anteriores à sessão;

2. ausentes os requisitos de admissibilidade do recurso, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

b) rever a decisão questionada, praticando os atos necessários;

c) receber o recurso, encaminhando-o para decisão após o fim do prazo para apresentação das razões e contrarrazões recursais.

9.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado/homologado ao licitante declarado vencedor, pela Autoridade Competente.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A garantia mínima dos serviços conforme termo de referência.

12. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

12.2 Poderá ser substituído a marca/modelo do produto, quando for o caso, objeto do contrato, a requerimento do Contratado, desde que fique comprovada a impossibilidade ou dificuldade momentânea ou definitiva de obtenção do produto anteriormente contratado, nas condições pactuadas, seja ofertado novo produto com características equivalentes ou superiores às do anterior, e qualquer acréscimo financeiro seja de responsabilidade do contratado conforme legislação vigente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, **no prazo de 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, desde que atendidas as exigências do Edital.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede;

14.3 Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.

14.4 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado será prevista e indicada no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Cataguases, sendo:

Secretaria de Serviços Urbanos - Gestão da Limpeza Urbana

3.3.90.39.00.00.00.00.00. 00.01.0500.0000000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 1358



14.5 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

14.6 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

14.7 O valor estimado para contratação é de R\$ 4.700.780,60 (quatro milhões, setecentos mil, setecentos e oitenta reais e sessenta centavos), de acordo com o mapa analítico anexo.

14.8 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

14.9 A empresa deverá observar e cumprir o Decreto 5.811/2023 para as emissões da NF em relação às retenções do IR.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme disposto nos arts. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar;

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que **aplicou a penalidade**.

15.2.5 na aplicação das sanções serão considerados:

15.2.6 a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.2.7 as peculiaridades do caso concreto;

15.2.8 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.2.9 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.2.10 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3 A sanção prevista no item 15.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.3.1 dar causa à inexecução parcial do contrato; 10% do valor da parcela inadimplida;

15.3.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; 15% do valor do contrato;

15.3.3 dar causa à inexecução total do contrato; 20% do valor do contrato;

15.3.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame; 5% do valor do contrato;

15.3.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; 10% do valor do contrato;



15.3.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; 5% do valor do contrato;

15.3.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; 10% do valor do contrato;

15.3.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 30% do valor do contrato;

15.3.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **30% do valor do contrato;**

15.3.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **30% do valor do contrato;**

15.3.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. 30% do valor do contrato;

15.4 A sanção prevista no item 15.3.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.1, 15.3.2, 15.3.3, 15.3.4, 15.3.5 e 15.3.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.4.1 A sanção prevista no item 15.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos 15.3.8, 15.3.9, 15.3.10, 15.3.11 e 15.3.12 do caput do art. 155 da lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.4.2 A sanção estabelecida no item 15.3.4 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

15.4.2.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência da autoridade competente.

15.4.2.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

15.4.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.4.2.4 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

15.5 As infrações e sanções deverão ser apuradas por uma comissão processante nomeada para as atribuições.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico www.cataguases.mg.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



16.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio de endereço eletrônico: pregaocataguases@gmail.com

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br e www.cataguases.mg.gov.br

17.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de proposta de preços;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato/Ata de registro de preços

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGO

Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS

Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO SERVIDOR PUBLICO

Anexo VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO VÍNCULO DE NATUREZA ECONOMICA

Anexo IX - MODELO DE DECLARAÇÃO CONDENAÇÃO DE 05 CINCO ANOS.

Anexo X - MODELO DE DECLARAÇÃO SANÇÕES VIGENTES



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Anexo XI - MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

Anexo XII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Anexo XIII - Cotação de preços/Mapa analítico

Anexo XIV - Estudo técnico preliminar (ETP) e demanda

Anexo XV - Decreto 5.811/2023 (IR)

Anexo XVI - Termo de referência

Anexo XVII - Relação dos itens no Compras Governamentais

Anexo XVIII - Lei 4.853/2022

Anexo XIX - Lei 4.971/2023

Anexo XX - Parecer jurídico abertura do processo

18 O FORO

18.1 O Foro competente para dirimir as controvérsias desse Edital é o da Comarca de Cataguases, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 10.153/2.009 ou do art. 59, da Lei Complementar Estadual nº 059/2001.

Cataguases, 12 de junho de 2024.

José Henriques
Prefeito de Cataguases



ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024 (90035)

• **ELABORADO PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DA PMC.**

TERMO DE REFERÊNCIA - LEI 14.133/2021
MODALIDADE - Pregão Eletrônico

IDENTIFICAÇÃO DO DEMANTANTE

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

ASSUNTO: Serviço de Coleta de Resíduos sólidos

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o processo licitatório, conforme Lei 14.133/2021, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, por meio de caminhões equipados com compactadores de lixo, incluso mão de obra de motoristas habilitados e coletores devidamente treinados e equipados com EPI's necessários e transporte do lixo coletado para o Aterro Sanitário, localizado cerca de 10 km do centro de Cataguases.

1.2. A contratação do referido serviço compreende o emprego pessoal capacitado, veículos, combustível, manutenção dos veículos e equipamentos compactadores e materiais necessários ao bom desempenho do trabalho para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cataguases.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O código descrito abaixo (CATMAT/CATSER), obtido no site catalogo.compras.gov.br, contém a descrição que mais se aproxima do serviço, prevalecendo as descrições deste Termo de Referência.

Item	Und.	Qnt.	Descrição	CATMAT/CATSER
01	SV	12	Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos através de caminhões equipados com compactadores de lixo, incluso mão de obra de motoristas habilitados e coletores devidamente treinados e equipados com EPI's necessários e transporte do lixo coletado para o Aterro Sanitário, localizado cerca de 10 km do centro de Cataguases.	14265

2.2. Os serviços a serem contratados têm natureza de serviços e fornecimentos contínuos, serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Considerando que é dever da Administração Pública e de suma importância o correto manejo e destinação dos Resíduos Sólidos Urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, que é serviço indispensável tanto para a população, como para o município que precisa atuar de forma eficiente na realização deste serviço.

3.2. A coleta de resíduos é necessária, uma vez que o acúmulo de lixo em ruas pode causar grandes transtornos como entupimento de bueiros causando alagamentos no período de chuvas, proliferação de micro-organismos e animais vetores de doenças, poluição do ar e sua destinação inadequada pode causar contaminação da água e do solo através do chorume.

4. SOLUÇÃO COMO UM TODO



4.1. A solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Coleta de Resíduos Sólidos através da coleta por meio de caminhões equipados com compactadores de lixo.

4.2. A solução contempla mão de obra qualificada com motorista habilitado e coletores preparados e equipados com todos EPI's necessários para a execução do serviço.

4.3. Além do transporte dos resíduos coletados até o aterro sanitário, localizado a aproximadamente 10 km do centro de Cataguases.

4.4. O serviço de coleta será feito com base no roteiro de coleta elaborado pela Secretaria de Serviços Urbanos, constante do Anexo I.

4.5. A contratação do referido serviço compreende o emprego pessoal capacitado, veículos, combustível, manutenção dos veículos e equipamentos compactadores e materiais necessários ao bom desempenho do trabalho para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Cataguases.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Entende-se como Coleta de Resíduos Sólidos os serviços de recolhimento e transporte de lixo gerado pelos domicílios residenciais e comerciais e instituições públicas até o aterro sanitário municipal.

5.2. Serviço que compreende o recolhimento manual dos resíduos sólidos dispostos ao longo do roteiro, em lixeiras, ou diretamente nas vias, acondicionados em sacos ou sacolas plásticas ou outros recipientes aprovados pelo MUNICÍPIO.

5.3. A coleta dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, deverá ser de acordo com os roteiros e frequência informados no Anexo I.

5.4. A coleta deve ser realizada sem afetar o cotidiano dos munícipes e principalmente o trânsito, de forma que será proibido os veículos transitarem na contramão, buzinares e pararem em locais não permitidos.

5.5. A prestadora de serviços deverá observar os normativos e regras aplicáveis vigentes e obrigatórios, previstas em normas e resoluções da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais órgãos competentes.

5.6. SUSTENTABILIDADE

5.6.1. A coleta de lixo desempenha um papel vital na promoção da saúde pública, na preservação do meio ambiente e na construção de sociedades mais sustentáveis. O engajamento ativo da comunidade, aliado a práticas eficientes de coleta e gestão de resíduos, é essencial para garantir um futuro mais limpo, saudável e equilibrado para as gerações presentes e futuras.

5.7. SUBCONTRATAÇÃO

5.7.1. Não haverá necessidade de subcontratação para esta contratação.

5.8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.8.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DAS OBRIGAÇÕES QUANTO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1.1. A coleta dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, deverá ocorrer de acordo com os roteiros e frequência informados pela CONTRATANTE e o horário de execução poderá ser entre o período das 06 h 00 min às 23 h 59 min.

6.1.2. Devem ser recolhidos apenas os resíduos depositados ao longo das vias públicas. Fica proibida qualquer coleta diferenciada no interior de empresas de qualquer ramo.

6.1.3. A coleta domiciliar deverá recolher os seguintes tipos de resíduos:

I. Resíduos domiciliares e comerciais;

II. Materiais de varrição domiciliar devidamente ensacados;



III. Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais.

6.1.4. Não serão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos domiciliares para efeito de remoção obrigatória:

I. Animais mortos de pequeno e grande porte;

II. Entulho, ferro e materiais de construção;

III. Resíduos de poda de árvores;

IV. Resíduos líquidos de qualquer natureza;

V. Resíduos provenientes de estabelecimentos industriais.

6.1.5. Nestes casos, o transporte e a destinação final dos resíduos são de total responsabilidade da fonte geradora do resíduo.

6.1.6. Os resíduos não devem ser recolhidos quando excederem a 150 litros por gerador ou ainda quando junto aos resíduos forem depositados outros resíduos diferentes dos determinados pela CONTRATANTE.

6.1.7. Caso o volume exceda esta quantia com frequência no mesmo local, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE, para tomar as medidas cabíveis, nos termos e normas da legislação vigente.

6.1.8. A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a serem abertas durante a vigência do contrato, acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso ao veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente.

6.1.9. No decorrer dos trabalhos, caso haja algum derramamento de resíduos na via pública, os mesmos deverão ser recolhidos pela guarnição e carregados no compactador, evitando que resíduos fiquem espalhados nas vias após a coleta. Os veículos compactadores deverão portar pás e vassouras para este fim.

6.1.10. É vedado o transporte de pessoas estranhas no interior dos caminhões compactadores em qualquer momento, mesmo que os veículos estiverem fora dos seus roteiros de coleta.

6.1.11. É vedada a alteração do roteiro da coleta de resíduos pela CONTRATADA, sendo esta uma prerrogativa apenas da CONTRATANTE a ser realizada com base em estudos técnicos ou visando sanar problemas de ordem sanitária, sendo que a CONTRATADA somente deverá remanejar os **circuitos de coleta, mediante determinação expressa da CONTRATANTE, devendo permitir o levantamento e informações** sobre os setores para que mantenha os serviços sempre adequados.

6.1.12. A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento, alterações no plano de coleta ao seu critério,

6.1.13. devendo o novo plano, depois de comunicado, ser implantado no máximo em 30 (trinta) dias corridos.

6.1.14. Independente do calendário de feriados, será admitida a parada apenas nos dias 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro, 20 de novembro e 25 de dezembro, devendo o serviço ser reforçado nos dias seguintes aos feriados, devendo a coleta ser realizada no roteiro normal e naquele que estava designado no dia do feriado.

6.1.15. Havendo aumento do volume de resíduos a recolher em consequência do acréscimo da população, do número de estabelecimentos comerciais ou por outra ocorrência, poderá a CONTRATANTE determinar à CONTRATADA que aumente o número de veículos coletores da sua frota, assim como o pessoal, proporcionalmente, bem como demais equipamentos auxiliares da coleta, observando o consequente equilíbrio econômico financeiro da planilha de preços.

6.1.16. A manutenção preventiva e corretiva dos veículos e dos equipamentos coletores compactadores, será de responsabilidade exclusiva e absoluta da empresa CONTRATADA, assim como todos os custos quanto aos insumos tais como óleos lubrificantes, filtros, pneus, peças de reposição e demais despesas vinculadas aos veículos.

6.1.17. É de responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, devendo atentar para o fato de que o veículo que apresente quebras e/ou paralisações constantes deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;



6.1.18. A CONTRATADA ficará obrigada a trocar o veículo que vier a ser recusado por não atender às especificações contidas neste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus para a CONTRATANTE ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente, consignadas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

6.1.19. A CONTRATADA deverá atender todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Edital, sem que isso venha acrescer aos preços ofertados qualquer outro tipo de despesas decorrentes desses serviços.

6.1.20. Todas as despesas relacionadas com remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, transporte, alimentação, além da cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados utilizados na execução do objeto contratado, assim como as perdas e danos a terceiros, porventura resultantes dessa atividade, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA não transferindo à CONTRATANTE o pagamento em caso de inadimplência e nem poderá onerar o objeto do Contrato.

6.1.21. Os funcionários da CONTRATADA utilizados na execução desses serviços, não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

6.1.22. A CONTRATADA é obrigada a manter, até o final do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação.

6.1.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar motoristas com habilitações corretas e compatíveis para condução e operacionalização de veículos disponibilizados em conformidade com a categoria para a execução do objeto desta licitação.

6.1.24. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

6.1.25. O preço ofertado deverá contemplar todos os custos básicos para o perfeito e completo cumprimento do objeto deste, de acordo com as especificações constantes do Edital e do presente Termo de Referência, incluindo IPVA, Seguro Obrigatório e Seguro Total dos veículos.

6.1.26. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato.

6.1.27. A CONTRATADA deverá executar toda a manutenção (preventiva e corretiva) dos veículos, nos prazos determinados pelos fabricantes dos veículos ou quando houver a necessidade.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

DEVERÃO SER APRESENTADOS AO FISCAL DO CONTRATO NO PRAZO DE 30 DIAS CORRIDOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO O ITEM 6.2 E SUBITENS.

6.2.1. Deverão ser utilizados para o serviço de coleta 7 (sete) caminhões equipados com compactadores em rota e 2 (dois) em reserva onde a estes não caberá custo adicional.

6.2.2. Os veículos e compactadores a serem colocados em rota deverão possuir no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, estarem em bom estado de uso e conservação e atenda as demais especificações técnicas.

6.2.3. O veículo e compactador reserva poderá ter seu ano de fabricação superior ao período de 5 (cinco) anos e inferior a 8 (oito) anos de fabricação a partir da data da assinatura do contrato e deverá estar em perfeito funcionamento e em bom estado de uso e conservação e atenda as demais especificações técnicas.

6.2.4. Todos os veículos devem estar com licenciamento 2024, com IPVA e DPVAT na vigência conforme legislação do estado onde estiver emplacado.

6.2.5. Cada caminhão necessário à execução dos serviços deverá ser 4x2 e ter compactador de no mínimo 15 m³ com laterais lisas, e estar em perfeitas condições técnicas de uso e ser equipados com:

- a) Sistema para basculação hidráulico de contêineres plásticos ou metálicos;
- b) Compartimento para captação de percolato (chorume), com dispositivo para descarga desse líquido;
- c) Carregamento e compactação por placas acionadas por cilindros hidráulicos;



- d)** Descarga do lixo através de placa ejetora;
- e)** Abertura e fechamento da tampa traseira com travamento manual;
- f)** Sistema de vedação completo, para garantir total estanqueidade;
- g)** Estribos traseiros em chapa de aço antiderrapante, para 3 (três) coletores, com alças de segurança e corrimão em toda a extensão da parte traseira;
- h)** Iluminação no compartimento de carga traseira;
- i)** Dispositivo de comunicação entre coletores e motorista;
- j)** Suporte para pás e vassouras;
- k)** Lanternas de sinalização traseiras acomodadas em suporte com proteção metálica;
- l)** Possuir sirene para indicação de marcha ré;
- m)** Tacógrafo aferido com certificado válido na data da apresentação. Os certificados provisórios deverão ser substituídos no prazo da ANTT;
- n)** Serem dotados de adesivos refletivos conforme instruções do CONTRAN;
- o)** Serem dotados de dispositivos de segurança e avisos para a utilização do equipamento;
- p)** Serem totalmente adequados à legislação de trânsito e segurança.

6.2.6. Além das especificações acima os caminhões deverão:

- I.** Ter cabine na cor branca, sendo aceito envelopamento externo da cabine na cor branca;
- II.** Estar equipados com pneus radiais novos na dianteira e novos ou recapados borrachudos na tração;
- III.** Possuir escape direcionado para vertical a fim de evitar emissões diretamente nos pedestres ou trabalhadores;
- IV.** Placas dianteiras e traseiras legíveis, na traseira com lacre do DETRAN;

6.2.7. Todos os veículos deverão ter sido vistoriados pelo INMETRO. Desta forma os documentos de porte obrigatório, deverão conter a categoria do mecanismo operacional ou outra similar de acordo com a tabela do DETRAN, sendo vedadas categorias como basculante, chassi, carroceria aberta e baú.

6.2.8. Os veículos deverão ser identificados com a logomarca determinada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

6.2.9. Os veículos deverão trazer, além das placas regulamentares, as condições necessárias à identificação da CONTRATADA como:

- I.** Número do veículo;
- II.** Nome da empresa prestadora do serviço;
- III.** Número de telefone de reclamações com caixa de letras suficientemente grande para leitura à distância;

6.2.10. A CONTRATADA deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso e funcionamentos estando em bom estado de aparência e mecânica, não podendo estar com vazamentos de qualquer natureza. Esta exigência se estende também às unidades de reserva, constituindo-se obrigação contratual a manutenção de sua pintura em bom estado.

6.2.11. A CONTRATADA deverá apresentar de todos os caminhões seguro contratado para terceiros, no valor mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo o seguro parcelado deverá comprovar pagamento mensalmente junto com a entrega da nota fiscal. Não serão admitidas propostas ou protocolos, apenas apólices vigentes.

6.2.12. Os veículos obrigatoriamente deverão possuir cor padrão do compactador, a ser definida pela CONTRATANTE.

6.2.13. Os veículos reserva disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser utilizados somente em casos em que um dos veículos em rota de coleta apresentar possível falha/defeito que comprometa seu bom funcionamento.

6.2.14. Havendo a necessidade de utilização dos veículos reserva, os mesmos deverão permanecer em circulação durante o período máximo de 07 (sete) dias corridos, prazo este em que a CONTRATADA deverá prestar os necessários reparos ao veículo em substituição temporária.



6.2.15. A CONTRATADA deverá manter plano de manutenção preventiva contemplando a verificação diária, semanal e mensal, além de revisões de troca de óleos e fluidos, filtros, lubrificação e outras necessárias.

6.2.16. A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre em regime de emergência de forma que os serviços nunca sejam prejudicados.

6.2.17. Os veículos e compactadores devem ser lavados e higienizados periodicamente em local com tratamento de efluentes de forma a preservar o meio ambiente de descargas de chorume.

6.2.18. A CONTRATANTE não responderá pela manutenção e nem pelos abastecimentos dos veículos de forma que todos os custos serão por conta da CONTRATADA.

6.2.19. Qualquer veículo envolvido em acidente ou que estiver em situação não operacional será afastado pela CONTRATANTE devendo a CONTRATADA substituí-lo imediatamente.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO PESSOAL

6.3.1. Competirá a CONTRATADA a ter em seu quadro de funcionários 1 (um) motoristas e 3 (três) coletores para cada caminhão, além de motoristas e coletores reservas em quantidade necessária para suprir eventuais faltas, correndo por sua conta, os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, uniformes, EPI's e demais exigências das Leis Trabalhistas.

6.3.2. Motoristas:

- I. Deverá portar habilitação válida, categoria C, D ou E;
- II. Deverão receber treinamento de transporte de cargas perigosas e de direção defensiva;
- III. Ter experiência em conduzir caminhões;
- IV. Ter conhecimento da área urbana do município;
- V. Portar telefone celular para comunicação de ocorrências e com a FISCALIZAÇÃO;
- VI. Portar uniforme com faixas refletivo e calçado impermeável;
- VII. Passar por exame admissional de aptidão médica para o trabalho;
- VIII. Portar planilha de preenchimento diário do roteiro, km rodado e das viagens;
- IX. Ser admitido para cumprir 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- X. Ter treinamento da atividade que desenvolverá;
- XI. Ter treinamento de normas de segurança no trabalho;
- XII. Ter treinamento de combate a incêndio;
- XIII. Idade mínima 18 (dezoito) anos completos;

6.3.3. Coletores:

- I. Ser admitido para cumprir 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- II. Ter treinamento da atividade que desenvolverá;
- III. Ter treinamento de normas de segurança no trabalho;
- IV. Portar uniforme;
- V. Portar todos os equipamentos de proteção individual,
- VI. Passar por exame admissional de aptidão médica para o trabalho;
- VII. Treinamento de combate a incêndio;
- VIII. Idade mínima 18 (dezoito) anos completos;

6.3.4. Quanto ao pessoal, além dos uniformes padronizados completos, os coletores deverão usar EPI's apropriados de acordo com a NR 06, tais como:

- I. Vestimenta para proteção do tronco, tipo camisa de tecido com reflexivo;
- II. Calça para proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes, tipo calça de brim ou jeans;



III. Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e para proteção dos pés contra agentes cortantes e perfurocortantes;

IV. Luvas de proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurocortantes, tipo luva de vaqueta.

V. Capas de proteção em dias de chuva.

6.3.5. A CONTRATADA deverá manter motorista e coletores de reserva para substituições em caso de faltas ou férias. Estas substituições deverão ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora depois de constatada a falta do motorista ou do coletor.

6.3.6. A CONTRATANTE terá o direito de exigir dispensa em 48 (quarenta e oito) horas, de todo funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação na justiça, o município não terá, em nenhum caso, responsabilidade solidária.

6.3.7. É absolutamente vedada, por parte dos funcionários da CONTRATADA, a execução de serviços que não sejam objeto do presente documento.

6.3.8. Será terminantemente proibido aos funcionários da CONTRATADA fazer catação ou triagem de resíduos, ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

6.3.9. Caberá à CONTRATADA apresentar os funcionários devidamente equipados e uniformizados nos locais de trabalho e nos horários determinados.

6.4. DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO PLANEJAMENTO

6.4.1. A CONTRATADA deverá obedecer à rotina de coleta constante do Anexo 1 e qualquer alteração no plano proposto deverá ter aprovação prévia da CONTRATANTE, visando a melhoria no atendimento à população, desde que não altere o período de coleta em todo o itinerário.

6.4.2. Caso a CONTRATADA proponha mudanças da metodologia de coleta, deverá apresentar todos os dados necessários para a caracterização e posterior execução dos serviços.

6.4.3. Caso a CONTRATANTE considere insuficientes os dados apresentados, estes deverão ser complementados num prazo de 3 (três) dias a contar de sua manifestação por escrito.

6.4.4. É atribuição da CONTRATADA executar a metodologia aprovada, dando ciência prévia aos munícipes dos dias e horários em que o serviço será executado, sendo os gastos por sua conta e responsabilidade, de acordo com o modelo previamente submetido à aprovação da CONTRATANTE.

6.4.5. Qualquer alteração a ser introduzida deverá ser precedida de comunicação amplamente divulgada, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência no mínimo, mediante a prévia aprovação da CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas daí resultantes.

6.5. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS A PARTIR DE DECLARADO VENCEDORA E DA CONVOCAÇÃO PELO PREGOEIRO (A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ENVIADA PARA ANÁLISE DA SECRETARIA RESPONSÁVEL)

6.5.1. A CONTRATADA deverá comprovar que possui em seu nome, veículos aptos e suficientes para prestação dos serviços através da apresentação de toda a documentação, Regularidade do Documento Único de Transferência (DUT) em nome da empresa vencedora, bem como, comprovantes de regularidade e quitação junto ao(s) Órgãos de Trânsito (IPVA, Seguro Obrigatório, Taxa de Licenciamento).

6.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar a CNH dos condutores.

6.5.3. Na ocorrência do não cumprimento ao estabelecido no item 6.5, a empresa será desclassificada, procedendo à convocação da licitante classificada com o menor preço imediatamente posterior ao da primeira classificada.

6.6. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

6.6.1. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.



6.6.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contidas no Contrato.

6.6.3. Fiscalizar os serviços relativos ao objeto da licitação, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

6.6.4. Designar servidor representante da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, que neste caso será o servidor Daniel Renault de Castro. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.5. O representante da CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.6.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas tempo hábil aos seus superiores, para a adoção das medidas apropriadas e/ou convenientes.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária, carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 5 dias úteis.

7.2. O pagamento do objeto deste Termo será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, até 30 dias após apresentação de Nota Fiscal.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Será exigido, no processo licitatório comprovação de capacitação técnica das participantes do certame:

8.1.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante com comprovação de serviços em municípios com no mínimo 50% da quantidade de habitantes da cidade de Cataguases. (Quantidade de habitantes censo do IBGE em 2022: 66.261).

8.1.2 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região da sua sede, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT.

8.1.3 Registro de Profissional Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Sanitarista ou Engenheiro Civil junto ao CREA ou Arquiteto junto ao CAU ou do Técnico Equivalente junto ao CFT. Se a Empresa e o Engenheiro, Arquiteto ou Técnico, indicado for de outra Federação, deverá apresentar o visto do CREA-MG, CAU-MG ou CFT, autorizando a Empresa e Profissional atuarem no Estado de Minas Gerais.

8.1.4 Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFT, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços objeto desta Licitação.

8.1.5 Comprovação do vínculo do responsável técnico com a empresa, o que poderá ser realizado por meio da apresentação de:

- a)** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou Cópia da folha do livro de Registro de Empregados, ou
- b)** Cópia do Contrato Social ou Ato Constitutivo em vigor, em caso de sócio ou diretor ou
- c)** Cópia do Contrato de Prestação de Serviços, ou

8.1.6 Declaração emitida pelo Prestador de Serviços de que concorda com a indicação e possui disponibilidade para exercer a função de responsável técnico dos serviços, caso a empresa seja vencedora.



8.1.7 Prova de que a empresa vencedora possui implantado e em funcionamento o PCMSO – Programa Controle Médico Saúde Ocupacional.

8.1.8 Prova de que a empresa vencedora possui PPRA – Programa Prevenção de Riscos Ambientais.

Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de pedidos de falência ou recuperação judicial, expedida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação da documentação de habilitação, pelo Cartório do Distribuidor do foro da sede da empresa.
- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, será permitida a sua participação no certame, desde que apresente junto à sua habilitação, o seu plano de recuperação judicial devidamente homologado e desde que satisfaça as demais exigências de habilitação.
- Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (Cópias do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com Termo de Abertura e Encerramento, apresentados e devidamente registrados na Junta Comercial competente e, no caso de sociedades anônimas, acompanhados das respectivas publicações), que demonstrem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da apresentação da proposta.
- No caso de empresas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), que poderão apresentar as demonstrações digitais e a comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal, dispensada, neste caso, a apresentação do comprovante de registro, perante a Junta Comercial, dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário.
- No caso de sociedades anônimas, deverão ser apresentadas as demonstrações contábeis publicadas, na forma da lei.
- Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado de exercício assim apresentados:

em caso de sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

em caso de sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante** ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

em caso de sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da **licitante**.

- O balanço patrimonial e as demonstrações do Resultado de Exercício deverão ser assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, devidamente assinado por Contador com indicação do número de registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) e pelo representante legal da empresa.
- A comprovação da boa situação financeira da Proponente será realizada pela apresentação dos seguintes índices Índice de Liquidez Corrente (LC) e Índice de Liquidez Geral, maior ou igual a 1.0 (um), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (LC), calculado de acordo com a seguinte fórmula:



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

$$ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}} > 1,00$$

Obs.: Índice de Liquidez Corrente, indica quantos reais estão disponíveis para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida em Curto Prazo.

Índice de Liquidez Geral (LG), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}} > 1,00$$

- O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverá comprovar que possui capital social mínimo integralizado ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação equivalente a **R\$ 470.078,06 (quatrocentos e setenta mil, setento e oito reais e seis centavos)**.
- Conforme Acórdão 133/2022, Plenário – TCU, Empresas pelo SIMPLES NACIONAL, ME, EPP e MEI, devem apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social (artigo 31, I, da Lei nº 8.666/93), ainda que dispensado da elaboração do referido Balanço pelo Código Civil (artigo 1179, §2, da Lei nº 1.406/2002).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Anexo II, considerando as quantidades pretendidas, a aquisição terá o valor estimado de **R\$ 4.700.780,60 (quatro milhões, setecentos mil, setecentos e oitenta reais e sessenta centavos)**.

9.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

9.3 No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Secretaria de Serviços Urbanos - Gestão da Limpeza Urbana

3.3.90.39.00.00.00.00.00.00.01.0500.00000000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 1358

9. DA VIGÊNCIA

9.1. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após assinatura do contrato administrativo, tendo duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por até 60 (sessenta) meses, por meio de repactuação, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, com vantagens para a Administração Pública, por períodos iguais e sucessivos conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, art. 106.

10. DA ELABORAÇÃO

10.1. Responsável pela cotação de valores, elaboração de Estudo Técnico preliminar e Termo de Referência: Geisa Sandie de Moraes (Secretaria de Serviços Urbanos).

Daniel Renault de Castro
Fiscal de Contrato

José de Alencar Pinto Farage
Secretário de Serviços Urbanos

Geisa Sandie de Moraes
Elaboração ETP, TR e Cotação de Preços



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Anexo I

ROTEIRO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Rota 01		
Bairro: Sol Nascente		
Segunda Feira	Terça feira	Quarta Feira
Mercado produtor Bom retiro Menezes Independência Bairro Haidê São Sebastião Marote Pampulha Sebastião Adolfo Sol Nascente	Mercado produtor Menezes Bairro Haidê Independência São Sebastião Sol Nascente Pampulha São Diniz Ponte Alta	Mercado produtor Bom retiro Menezes independência Bairro Haidê São Sebastião Marote Pampulha Sebastião Adolfo Sol Nascente

Quinta feira	Sexta Feira	Sábado
Mercado produtor Menezes Bairro Haidê Independência São Sebastião Sol Nascente Pampulha São Diniz Ponte Alta	Mercado produtor Bom retiro Menezes independência Bairro Haidê São Sebastião Marote Pampulha Sebastião Adolfo Sol Nascente	Mercado produtor Menezes Bairro Haidê Independência São Sebastião Sol Nascente Pampulha São Diniz Ponte Alta

Rota 02		
Bairro: Leonardo		
Quarta feira	Quinta feira	Sexta feira
Pouso Alegre Bandeirantes Morada da Serra Miguel Horto Bairro de Fátima Imê Farage Guanabara Leonardo	Pouso Alegre Bandeirantes Palmeiras Bairro de Fátima Imê Farage Guanabara Leonardo Ana Carrara	Pouso Alegre Bandeirantes Morada da Serra Miguel Horto Bairro de Fátima Imê Farage Guanabara Leonardo

Sábado
Pouso Alegre Bandeirantes Palmeiras



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Bairro de Fátima
Imê Farage
Guanabara
Leonardo
Ana Carrara

Rota 03		
Bairro: Vila Minalda		
Segunda feira	Terça feira	Quarta feira
Vila Tereza	Vila Tereza	Vila Tereza
Bairro Jardim	Vila Minalda	Bairro Jardim
Vila Minalda	Dico Leite	Vila Minalda
Ponte Alta	Avenida centenário	Ponte Alta
Primaveira	Paraíso 01	Primaveira
Dico leite	Paraíso 02	Dico leite
Bom pastor		Bom pastor
Avenida centenário		Avenida centenário

Quinta feira	Sexta feira	Sábado
Vila Tereza	Vila Tereza	Vila Tereza
Vila Minalda	Bairro Jardim	Vila Minalda
Dico Leite	Vila Minalda	Dico Leite
Avenida centenário	Ponte Alta	Avenida centenário
Paraíso 01	Primaveira	Paraíso 01
Paraíso 02	Dico leite	Paraíso 02
	Bom pastor	
	Avenida centenário	

Rota 04		
Bairro: Taquara Preta		
Segunda feira	Terça feira	Quarta feira
Avenida meia pataca	Avenida meia pataca	Avenida meia pataca
Bela vista	Bela vista	Bela vista
Imigrante	Vila Reis	Imigrante
Vila Reis	São Vicente	Vila Reis
Carijós	Taquara preta	Carijós
Justino	Taquarinha	Justino
Taquara Preta	Avenida das indústrias	Taquara Preta
Santa Clara		São Marcos
São Marcos		São Cristóvão
São Cristóvão		

Quinta feira	Sexta feira	Sábado
Avenida meia pataca	Avenida meia pataca	Avenida meia pataca
Bela vista	Bela vista	Bela vista



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Vila Reis São Vicente Taquara preta Taquarinha Avenida das indústrias	Imigrante Vila Reis Carijós Justino Taquara Preta São Marcos São Cristóvão	Vila Reis São Vicente Taquara preta Taquarinha Avenida das indústrias
---	--	---

Rota 05		
Bairro: Centro		
Segunda feira	Terça feira	Quarta feira
Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Santa Cristina Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita	Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita	Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Santa Cristina Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita

Quinta feira	Sexta feira	Sábado
Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita	Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Santa Cristina Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita	Vila Domingos Lopes Av. Humberto Mauro Granjaria Vila Domingos Lopes parte baixa Gama Cerqueira Guido Marliere Praça Rui Barbosa Praça Santa Rita

Rota 06		
Distrito		
Segunda feira	Terça feira	Quarta feira
Área central Serenio parte de cima Serenio parte de baixo Cachoeirinha Aracati Vista Alegre Lajinha	Área central Cataguarino Joaquim Vieira Santa Maria Glória Trevo de Santana	Área central Serenio parte de cima Serenio parte de baixo Cachoeirinha Aracati Vista Alegre Lajinha

Quinta feira	Sexta feira	Sábado
Área central	Área central	Área central



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

Cataguarino	Sereno parte de cima	Cataguarino
Joaquim Vieira	Sereno parte de baixo	Joaquim Vieira
Santa Maria	Cachoeirinha	Santa Maria
Glória	Aracati	Glória
Trevo de Santana	Vista Alegre	Trevo de Santana
	Lajinha	

Rota 07		
Bairro: Santa Clara		
Segunda feira	Terça feira	Quarta feira
Gama Cerqueira	Gama Cerqueira	Gama Cerqueira
Guido Marliere	Guido Marliere	Guido Marliere
Cojan	Cojan	Cojan
Santa Clara	Santa Clara	Santa Clara
Ibraim	São Pedro	Ibraim
Beira Rio	Beira rio	Beira Rio
Popular	Popular	Popular
Quinta feira	Sexta feira	Sábado
Gama Cerqueira	Gama Cerqueira	Gama Cerqueira
Guido Marliere	Guido Marliere	Guido Marliere
Cojan	Cojan	Cojan
Santa Clara	Santa Clara	Santa Clara
São Pedro	Ibraim	São Pedro
Beira rio	Beira Rio	Beira rio
Popular	Popular	Popular
Domingo		
Vila Tereza		
Vila Minalda		
Av. Centenário		
Beira Rio		
Praça Rui Barbosa		
Praça Santa Rita		
Pampulha		
Granjaria		
Av. Guido Marliere		
Vila Domingos Lopes parte de baixo		



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2024 (90035)

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 01 de julho de 2024 **Horário:** 9 (nove) horas

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

EMAIL:

TELEFONE:

DADOS BANCÁRIOS:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vr. mensal	Vr. Total
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, por meio de caminhões equipados com compactadores de lixo, incluso mão de obra de motoristas habilitados e coletores devidamente treinados e equipados com EPI's necessários e transporte do lixo coletado para o Aterro Sanitário, localizado cerca de 10 km do centro de Cataguases.	SV	12		
				Total:	

Declaramos para os devidos fins e sob as penas da lei que:

1- Estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o cumprimento do objeto deste Pregão.

2- Será cumprido o fornecimento de acordo com a especificação da proposta e com o edital, a partir da assinatura do contrato.

3- Esta proposta tem validade de _____ dias. (mínimo 60 dias).

_____, ____ de _____ de 2024
(Cidade e data)

(representante legal)



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E _____, PARA PRESTAÇÃO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NO PERÍMETRO URBANO E DISTRITOS LOCALIZADOS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA DE CATAGUASES-MG.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATAGUASES**, Estado de Minas Gerais, com sede à Praça Santa Rita, 462 – Centro, Cataguases (MG), CNPJ/MF 17.702.499/0001-81, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Prefeito, José Henriques, e de outro lado _____, com endereço na _____, representado neste ato por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 059/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico 035/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Art. 92, I e II)

1.1 Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Cataguases-MG, a saber:

Item	Descrição	Unidade	Qtidade	Vr. Unitário	Vr. Total
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos gerados no perímetro urbano e distritos localizados na zona rural do município, por meio de caminhões equipados com compactadores de lixo, incluso mão de obra de motoristas habilitados e coletores devidamente treinados e equipados com EPI's necessários e transporte do lixo coletado para o Aterro Sanitário, localizado cerca de 10 km do centro de Cataguases.	SV	12		
				Total:	

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Termo de Referência do edital referente ao PL 059/2024;

1.2.2 A Proposta do contratado; e

1.2.3 Eventuais anexos dos documentos que compõem o processo.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de e finalizado em

2.2 O contrato pode ser prorrogado de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021 desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1.1 A coleta dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicos, deverá ocorrer de acordo com os roteiros e frequência informados pela CONTRATANTE e o horário de execução poderá ser entre o período das 06 h 00 min às 23 h 59 min.

3.1.2 Devem ser recolhidos apenas os resíduos depositados ao longo das vias públicas. Fica proibida qualquer coleta diferenciada no interior de empresas de qualquer ramo.

3.1.3 A coleta domiciliar deverá recolher os seguintes tipos de resíduos:

- a) Resíduos domiciliares e comerciais;
- b) Materiais de varrição domiciliar devidamente ensacados;
- c) Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais.

3.1.4 Não serão compreendidos na conceituação de resíduos sólidos domiciliares para efeito de remoção obrigatória:

- a) Animais mortos de pequeno e grande porte;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- b) Entulho, ferro e materiais de construção;
- c) Resíduos de poda de árvores;
- d) Resíduos líquidos de qualquer natureza;
- e) Resíduos provenientes de estabelecimentos industriais.

3.1.5 Nestes casos, o transporte e a destinação final dos resíduos são de total responsabilidade da fonte geradora do resíduo.

3.1.6 Os resíduos não devem ser recolhidos quando excederem a 150 litros por gerador ou ainda quando junto aos resíduos forem depositados outros resíduos diferentes dos determinados pela CONTRATANTE.

3.1.7 Caso o volume exceda esta quantia com frequência no mesmo local, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE, para tomar as medidas cabíveis, nos termos e normas da legislação vigente.

3.1.8 A coleta domiciliar deverá ser executada porta a porta, em todas as vias públicas oficiais e abertas à circulação, ou que venham a serem abertas durante a vigência do contrato, acessíveis a veículos de coleta em marcha reduzida. Caso não haja possibilidade de acesso ao veículo coletor, a remoção dos resíduos deverá ser feita manualmente.

3.1.9 No decorrer dos trabalhos, caso haja algum derramamento de resíduos na via pública, os mesmos deverão ser recolhidos pela guarnição e carregados no compactador, evitando que resíduos fiquem espalhados nas vias após a coleta. Os veículos compactadores deverão portar pás e vassouras para este fim.

3.1.10 É vedado o transporte de pessoas estranhas no interior dos caminhões compactadores em qualquer momento, mesmo que os veículos estiverem fora dos seus roteiros de coleta.

3.1.11 É vedada a alteração do roteiro da coleta de resíduos pela CONTRATADA, sendo esta uma prerrogativa apenas da CONTRATANTE a ser realizada com base em estudos técnicos ou visando sanar problemas de ordem sanitária, sendo que a CONTRATADA somente deverá remanejar os circuitos de coleta, mediante determinação expressa da CONTRATANTE, devendo permitir o levantamento e informações sobre os setores para que mantenha os serviços sempre adequados.

3.1.12 A CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a qualquer momento, alterações no plano de coleta ao seu critério, devendo o novo plano, depois de comunicado, ser implantado no máximo em 30 (trinta) dias corridos.

3.1.14 Independente do calendário de feriados, será admitida a parada apenas nos dias 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro, 20 de novembro e 25 de dezembro, devendo o serviço ser reforçado nos dias seguintes aos feriados, devendo a coleta ser realizada no roteiro normal e naquele que estava designado no dia do feriado.

3.1.15 Havendo aumento do volume de resíduos a recolher em consequência do acréscimo da população, do número de estabelecimentos comerciais ou por outra ocorrência, poderá a CONTRATANTE determinar à CONTRATADA que aumente o número de veículos coletores da sua frota, assim como o pessoal, proporcionalmente, bem como demais equipamentos auxiliares da coleta, observando o consequente equilíbrio econômico financeiro da planilha de preços.

3.2 DOS VEÍCULOS

3.2.1 Deverão ser utilizados para o serviço de coleta 7 (sete) caminhões equipados com compactadores em rota e 2 (dois) em reserva onde a estes não caberá custo adicional.

3.2.2 Os veículos e compactadores a serem colocados em rota deverão possuir no máximo 5 (cinco) anos de fabricação, estarem em bom estado de uso e conservação e atenda as demais especificações técnicas.

3.2.3 O veículo e compactador reserva poderá ter seu ano de fabricação superior ao período de 5 (cinco) anos e inferior a 8 (oito) anos de fabricação a partir da data da assinatura do contrato e deverá estar em perfeito funcionamento e em bom estado de uso e conservação e atenda as demais especificações técnicas.

3.2.4 Todos os veículos devem estar com licenciamento 2024, com IPVA e DPVAT na vigência conforme legislação do estado onde estiver emplacado.

3.2.5 Cada caminhão necessário à execução dos serviços deverá ser 4x2 e ter compactador de no mínimo 15 m³ com laterais lisas, e estar em perfeitas condições técnicas de uso e ser equipados com:

- a) Sistema para basculação hidráulico de contêineres plásticos ou metálicos;
- b) Compartimento para captação de percolato (chorume), com dispositivo para descarga desse líquido;
- c) Carregamento e compactação por placas acionadas por cilindros hidráulicos;
- d) Descarga do lixo através de placa ejetora;
- e) Abertura e fechamento da tampa traseira com travamento manual;
- f) Sistema de vedação completo, para garantir total estanqueidade;
- g) Estribos traseiros em chapa de aço antiderrapante, para 3 (três) coletores, com alças de segurança e corrimão em toda a extensão da parte traseira;
- h) Iluminação no compartimento de carga traseira;
- i) Dispositivo de comunicação entre coletores e motorista;
- j) Suporte para pás e vassouras;
- k) Lanternas de sinalização traseiras acomodadas em suporte com proteção metálica;
- l) Possuir sirene para indicação de marcha ré;
- m) Tacógrafo aferido com certificado válido na data da apresentação. Os certificados provisórios deverão ser substituídos no prazo da ANTT;
- n) Serem dotados de adesivos refletivos conforme instruções do CONTRAN;
- o) Serem dotados de dispositivos de segurança e avisos para a utilização do equipamento;
- p) Serem totalmente adequados à legislação de trânsito e segurança.

3.2.6 Além das especificações acima os caminhões deverão:

- a) Ter cabine na cor branca, sendo aceito envelopamento externo da cabine na cor branca;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- b) Estar equipados com pneus radiais novos na dianteira e novos ou recapados borrachudos na tração;
 - c) Possuir escape direcionado para vertical a fim de evitar emissões diretamente nos pedestres ou trabalhadores;
 - d) Placas dianteiras e traseiras legíveis, na traseira com lacre do DETRAN;
- 3.2.7** Todos os veículos deverão ter sido vistoriados pelo INMETRO. Desta forma os documentos de porte obrigatório, deverão conter a categoria do mecanismo operacional ou outra similar de acordo com a tabela do DETRAN, sendo vedadas categorias como basculante, chassi, carroceria aberta e baú.
- 3.2.8** Os veículos deverão ser identificados com a logomarca determinada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.
- 3.2.9** Os veículos deverão trazer, além das placas regulamentares, as condições necessárias à identificação da CONTRATADA como:
- a) Número do veículo;
 - b) Nome da empresa prestadora do serviço;
 - c) Número de telefone de reclamações com caixa de letras suficientemente grande para leitura à distância;
- 3.2.10** A CONTRATADA deverá manter os veículos em perfeitas condições de uso e funcionamentos estando em bom estado de aparência e mecânica, não podendo estar com vazamentos de qualquer natureza. Esta exigência se estende também às unidades de reserva, constituindo-se obrigação contratual a manutenção de sua pintura em bom estado.
- 3.2.11** A CONTRATADA deverá apresentar de todos os caminhões seguro contratado para terceiros, no valor mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo o seguro parcelado deverá comprovar pagamento mensalmente junto com a entrega da nota fiscal. Não serão admitidas propostas ou protocolos, apenas apólices vigentes.
- 3.2.12** Os veículos obrigatoriamente deverão possuir cor padrão do compactador, a ser definida pela CONTRATANTE.
- 3.2.13** Os veículos reserva disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser utilizados somente em casos em que um dos veículos em rota de coleta apresentar possível falha/defeito que comprometa seu bom funcionamento.
- 3.2.14** Havendo a necessidade de utilização dos veículos reserva, os mesmos deverão permanecer em circulação durante o período máximo de 07 (sete) dias corridos, prazo este em que a CONTRATADA deverá prestar os necessários reparos ao veículo em substituição temporária.
- 3.2.15** A CONTRATADA deverá manter plano de manutenção preventiva contemplando a verificação diária, semanal e mensal, além de revisões de troca de óleos e fluidos, filtros, lubrificação e outras necessárias.
- 3.2.16** A manutenção corretiva deverá ser realizada sempre em regime de emergência de forma que os serviços nunca sejam prejudicados.
- 3.2.17** Os veículos e compactadores devem ser lavados e higienizados periodicamente em local com tratamento de efluentes de forma a preservar o meio ambiente de descargas de chumbo.
- 3.2.18** A CONTRATANTE não responderá pela manutenção e nem pelos abastecimentos dos veículos de forma que todos os custos serão por conta da CONTRATADA.
- 3.2.19** Qualquer veículo envolvido em acidente ou que estiver em situação não operacional será afastado pela CONTRATANTE devendo a CONTRATADA substituí-lo imediatamente.

3.3 DA OBRIGAÇÕES QUANTO AO PESSOAL

3.3.1 Competirá a CONTRATADA a ter em seu quadro de funcionários 1 (um) motoristas e 3 (três) coletores para cada caminhão, além de motoristas e coletores reservas em quantidade necessária para suprir eventuais faltas, correndo por sua conta, os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, uniformes, EPI's e demais exigências das Leis Trabalhistas.

3.3.2 Motoristas:

- a) Deverá portar habilitação válida, categoria C, D ou E;
- b) Deverão receber treinamento de transporte de cargas perigosas e de direção defensiva;
- c) Ter experiência em conduzir caminhões;
- d) Ter conhecimento da área urbana do município;
- e) Portar telefone celular para comunicação de ocorrências e com a FISCALIZAÇÃO;
- f) Portar uniforme com faixas refletivo e calçado impermeável;
- g) Passar por exame admissional de aptidão médica para o trabalho;
- h) Portar planilha de preenchimento diário do roteiro, km rodado e das viagens;
- i) Ser admitido para cumprir 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- j) Ter treinamento da atividade que desenvolverá;
- k) Ter treinamento de normas de segurança no trabalho;
- l) Ter treinamento de combate a incêndio;
- m) Idade mínima 18 (dezoito) anos completos;

3.3.3 Coletores:

- a) Ser admitido para cumprir 44 (quarenta e quatro) horas semanais;
- b) Ter treinamento da atividade que desenvolverá;
- c) Ter treinamento de normas de segurança no trabalho;
- d) Portar uniforme;
- e) Portar todos os equipamentos de proteção individual;
- f) Passar por exame admissional de aptidão médica para o trabalho;
- g) Treinamento de combate a incêndio;
- h) Idade mínima 18 (dezoito) anos completos;

3.3.4 Quanto ao pessoal, além dos uniformes padronizados completos, os coletores deverão usar EPI's apropriados de acordo com a NR 06, tais como:



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

- a) Vestimenta para proteção do tronco, tipo camisa de tecido com reflexivo;
- b) Calça para proteção das pernas contra agentes abrasivos e escoriantes, tipo calça de brim ou jeans;
- c) Calçado para proteção contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e para proteção dos pés contra agentes cortantes e perfurocortantes;
- d) Luvas de proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurocortantes, tipo luva de vaqueta.
- e) Capas de proteção em dias de chuva.

3.3.5 A CONTRATADA deverá manter motorista e coletores de reserva para substituições em caso de faltas ou férias. Estas substituições deverão ocorrer no prazo máximo de 1 (uma) hora depois de constatada a falta do motorista ou do coletor.

3.3.6 A CONTRATANTE terá o direito de exigir dispensa em 48 (quarenta e oito) horas, de todo funcionário cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação na justiça, o município não terá, em nenhum caso, responsabilidade solidária.

3.3.7 É absolutamente vedada, por parte dos funcionários da CONTRATADA, a execução de serviços que não sejam objeto do presente documento.

3.3.8 Será terminantemente proibido aos funcionários da CONTRATADA fazer catação ou triagem de resíduos, ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações ou donativos de qualquer espécie.

3.3.9 Caberá à CONTRATADA apresentar os funcionários devidamente equipados e uniformizados nos locais de trabalho e nos horários determinados.

3.4 DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO PLANEJAMENTO

3.4.1 A CONTRATADA deverá obedecer à rotina de coleta constante do Anexo 1 e qualquer alteração no plano proposto deverá ter aprovação prévia da CONTRATANTE, visando a melhoria no atendimento à população, desde que não altere o período de coleta em todo o itinerário.

3.4.2 Caso a CONTRATADA proponha mudanças da metodologia de coleta, deverá apresentar todos os dados necessários para a caracterização e posterior execução dos serviços.

3.4.3 Caso a CONTRATANTE considere insuficientes os dados apresentados, estes deverão ser complementados num prazo de 3 (três) dias a contar de sua manifestação por escrito.

3.4.4 É atribuição da CONTRATADA executar a metodologia aprovada, dando ciência prévia aos munícipes dos dias e horários em que o serviço será executado, sendo os gastos por sua conta e responsabilidade, de acordo com o modelo previamente submetido à aprovação da CONTRATANTE.

3.4.5 Qualquer alteração a ser introduzida deverá ser precedida de comunicação amplamente divulgada, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência no mínimo, mediante a prévia aprovação da CONTRATANTE, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas daí resultantes.

3.5 A prestadora de serviços deverá observar os normativos e regras aplicáveis vigentes e obrigatórios, previstas em normas e resoluções da ABNT, ANVISA, CONAMA e demais órgãos competentes.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor da contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, a saber:

6.1.1 O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pelo Setor Financeiro da Prefeitura Municipal de Cataguases, por processo legal, no prazo de **30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal e prestação de serviços que será autorizada pela Secretaria responsável e apresentação das certidões conforme item 6.1.5.

6.1.2 Será feita uma verificação dos resultados de análise objeto da contratação recebida, se em conformidade com as

6.1.3 Averiguada qualquer anormalidade, será emitido um termo de não recebimento, devendo nesta hipótese a contratada tomar as devidas providências necessárias visando à adequação de rigor, sem quaisquer ônus a Administração contratante

6.1.4 O recebimento definitivo não isenta a contratada da substituição necessária decorrente de impropriedade de materiais somente averiguada quando da efetiva utilização dos mesmos. Nesta hipótese, como de rigor, a contratada realizar as adequações que se fizerem necessária, sem ônus à Administração contratante.

6.1.5 Deverão ser enviadas juntamente com as Notas Fiscais as Certidões de Regularidade Fiscal e trabalhista.

6.1.6 Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo

6.1.7 Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

6.1.8 Atender as exigências conforme Decreto 5.811/2023 e tributação vigente.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis, não sendo necessário reajuste pois a vigência do contrato não ultrapassará 1 (um) ano.

7.2 Os preços poderão sofrer reequilíbrio financeiro desde que comprovado pela empresa e análise feita pelo fiscal do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

8.2 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contidas no Contrato.

8.3 Fiscalizar os serviços relativos ao objeto da licitação, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as exigências deste Termo de Referência e do Edital.

8.4 Designar servidor representante da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, que neste caso será o servidor Daniel Renault de Castro. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.5 O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas tempo hábil aos seus superiores, para a adoção das medidas apropriadas e/ou convenientes.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A CONTRATADA deverá possuir em seu nome, veículos aptos e suficientes para prestação dos serviços, Regularidade do Documento Único de Transferência (DUT) em nome da empresa vencedora, bem como, comprovantes de regularidade e quitação junto ao(s) Órgãos de Trânsito (IPVA, Seguro Obrigatório, Taxa de Licenciamento) e laudo de vistoria do DETRAN, sempre que solicitado pelo fiscal contrato.

9.2 A CONTRATADA deverá apresentar a CNH dos condutores além da documentação relativa à regularidade fiscal junto à Receita Federal e demais Certidões em âmbito Federal, Estadual e Municipal sempre que solicitado pelo fiscal do contrato.

9.3 A manutenção preventiva e corretiva dos veículos e dos equipamentos coletores compactadores, será de responsabilidade exclusiva e absoluta da empresa CONTRATADA, assim como todos os custos quanto aos insumos tais como óleos lubrificantes, filtros, pneus, peças de reposição e demais despesas vinculadas aos veículos.

9.4 É de responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos veículos a serem disponibilizados para os serviços, devendo atentar para o fato de que o veículo que apresente quebras e/ou paralisações constantes deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.5 A CONTRATADA ficará obrigada a trocar o veículo que vier a ser recusado por não atender às especificações contidas neste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus para a CONTRATANTE ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente, consignadas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

9.6 A CONTRATADA deverá atender todas as exigências contidas no presente Termo de Referência e no Edital, sem que isso venha acrescer aos preços ofertados qualquer outro tipo de despesas decorrentes desses serviços.

9.7 Todas as despesas relacionadas com remuneração, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, transporte, alimentação, além da cobertura de acidentes de trabalho aos seus empregados utilizados na execução do objeto contratado, assim como as perdas e danos a terceiros, porventura resultantes dessa atividade, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA não transferindo à CONTRATANTE o pagamento em caso de inadimplência e nem poderá onerar o objeto do Contrato.

9.8 Os funcionários da CONTRATADA utilizados na execução desses serviços, não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

9.9 A CONTRATADA é obrigada a manter, até o final do prazo contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação.

9.10 A CONTRATADA deverá disponibilizar motoristas com habilitações corretas e compatíveis para condução e operacionalização de veículos disponibilizados em conformidade com a categoria para a execução do objeto desta licitação.

9.11 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

9.12 O preço ofertado deverá contemplar todos os custos básicos para o perfeito e completo cumprimento do objeto deste, de acordo com as especificações constantes do Edital e do presente Termo de Referência, incluindo IPVA, Seguro Obrigatório e Seguro Total dos veículos.

9.13 A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato.

9.14 A CONTRATADA deverá executar toda a manutenção (preventiva e corretiva) dos veículos, nos prazos determinados pelos fabricantes dos veículos ou quando houver a necessidade.

9.15 DEVERÃO SER APRESENTADOS AO FISCAL DO CONTRATO NO PRAZO DE 30 DIAS CORRIDOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO O ITEM 3.2 E SUBITENS.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) de mais multas que poderão ser apuradas de acordo com a Lei 14.133/2021 em um eventual Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), quando necessário.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo determinado pela Comissão Processante, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

13.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.11 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria de Serviços Urbanos - Gestão da Limpeza Urbana

3.3.90.39.00.00.00.00. 00.01.0500.0000000 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - ficha 1358

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GESTOR DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

17.1 O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá Fiscal o servidor **Daniel Renault de Castro**.

17.2 Fica sobre a responsabilidade o Secretário de Serviços Urbanos a gestão do contrato que vai direcionar e acompanhar todo procedimento da empresa contratada juntamente com a fiscal do contrato.

17.3 Na ausência dos servidores que ocupam os cargos acima, os responsáveis tanto pela gestão quanto pela fiscalização serão os servidores que estiverem atuando em substituição aos referidos cargos.

17.4 Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

17.5 Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato etc.

17.6 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.7 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).
Cataguases, ____ de ____ de 2024.

Pregoeiro

Prefeito de Cataguases

Procurador Geral do Município

Testemunhas: _____



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IV

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, para todos os efeitos legais que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório, sob pena das sanções cabíveis; (inciso I do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO V

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VI

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (inciso IV & 1º do art. 63 da Lei 14.133/21).

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VII

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro de pessoal ou societário servidor do Poder Executivo Municipal nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO VIII

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Chefe do Poder Executivo Municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 9º, & 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO IX

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

nº _____ A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
_____, sediada (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, sob as penas da Lei, que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO X

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, que nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta, assim como não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; e não existe fato impeditivo à nossa habilitação e contratação.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



Prefeitura de Cataguases

Secretaria de Fazenda

ANEXO XI

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em cumprimento o art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.



ANEXO XII

Processo Licitatório nº 059/2024
Pregão Eletrônico nº 035/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO

A Empresa _____ inscrita no CNPJ sob
nº _____, sediada _____ (endereço completo),
_____ por seu representante abaixo assinado.

DECLARA, para fins de participação no Processo Licitatório nº 059/2024, Pregão Eletrônico nº 035/2024, que:

- 1) Nossa empresa possui conhecimento acerca da especificidade do objeto estando ciente das condições locais, bem como de todas as informações para o pleno cumprimento das obrigações previstas nesta licitação, necessárias à formulação da Proposta de Preços.
- 2) Nossa empresa possui conhecimento da Lei 4.853 de 20 de junho de 2022 o qual informa que a empresa contratada fica obrigada a disponibilizar 10% das vagas do contratos de empresas terceirizadas com pelo menos dez empregados com jovens de 18 a 29 anos em busca de seu primeiro vínculo empregatício.
- 3) Nossa empresa possui conhecimento da Lei 4.971/23 o qual estabelece o programa municipal de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.

Cataguases/MG, _____ de _____ de 2024.

Ass. Responsável

OBS: 1) Esta declaração deverá ser anexada no Sistema do Compras.gov.br como anexo da habilitação.